



— Nilo Alberto Barroso —

— Omar Barroso Khodr —

POLÍTICAS

ANTICÍCLICAS

E PROGRESSO



ECONÔMICO

A Experiência Brasileira



ALTA BOOKS

GRUPO EDITORIAL

Rio de Janeiro, 2022

SUMÁRIO

Sumário dos boxes	xvii
1 O problema econômico	1
2 O ambiente macroeconômico	13
3 Agregados contábeis macroeconômicos	31
4 As finanças públicas brasileiras	49
5 Moeda, bancos e instituições financeiras nacionais	69
6 As crises econômicas	89
7 Políticas anticíclicas	113
8 Progresso econômico (marcos históricos)	141

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice: Variação percentual do produto interno bruto (PIB) 1947/2020	173
Apêndice: Investimento bruto (% do PIB)	179
Apêndice: Poupança nacional bruta (% do PIB)	183
Anexo: População	187
Anexo: Taxas anuais de inflação - IPCA: Variação percentual	191
Bibliografia consultada	193
Índice	197

SUMÁRIO DOS BOXES

A Economia não é uma Ciência Exata	2
A Destruição Criativa de Schumpeter	18
A Teoria é uma Ferramenta Lógica	21
O Multiplicador do Investimento Autônomo	37
Balanco de Pagamentos	40
Paridade do Poder de Compra (PPC)	44
Meios de Pagamentos	73
Balanco Simplificado do Bacen	75
Recessão e Depressão	90
As Bolhas de Mercado	91
Securitização	94
Risco Moral	98

O PROBLEMA ECONÔMICO

O PROBLEMA ECONÔMICO CARACTERIZA-SE PELA ESCASSEZ DE RECURSOS produtivos para atender à procura de bens e serviços essenciais ao bem-estar econômico e social das pessoas. O conceito de escassez é relativo e não absoluto. Um bem pode existir em grande abundância, mas não em quantidade suficiente para contemplar todas as necessidades e desejos. Essa escassez relativa implica a necessidade de escolhas de prioridades em função dos preços relativos de recursos, produtos e serviços.

Portanto, a economia é a ciência que trata da alocação de recursos escassos, entre fins alternativos, para satisfazer as necessidades e os desejos humanos do modo mais satisfatório possível. Definição que inclui as pessoas, as famílias, as empresas, o setor público e o setor externo (resto do mundo), atores que têm a iniciativa das decisões fundamentais sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Subjacente a esse conceito de maximização, encontra-se a ideia de que os agentes econômicos pautam suas condutas por escolhas racionais. Importa esclarecer que se trata de racionalidade relativa, porque os seres humanos se movem entre o instinto, a razão e os condicionantes impostos pelas leis, costumes e regras sociais. Por isso mesmo, a economia é uma ciência social e não exata, embora possa se valer de modelos econométricos para analisar os fatos econômicos, a fim de orientar as decisões econômicas e políticas.

A ECONOMIA NÃO É UMA CIÊNCIA EXATA

A Economia não é uma ciência exata. Não podemos prever com precisão o rendimento nacional no próximo ano, tal como os meteorologistas não podem prever o estado do tempo da próxima semana com tanta precisão como o fazem para depois de amanhã. Mas nenhum banco ou grande empresa pode ser tão imprudente que vá consultar astrólogos em vez de especialistas em economia ou tentem adivinhar atirando moedas ao ar. (SAMUELSON, P.; NORDHAUS, W. D. *Economia*. 14. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993)

Microeconomia e Macroeconomia

Grosso modo, a Economia abrange dois grandes ramos de análise: a Microeconomia e a Macroeconomia.

A Microeconomia estuda o comportamento dos consumidores e empresários nos diferentes mercados através da teoria do consumidor, da teoria da firma e da produção e dos diferentes tipos de concorrência: concorrência perfeita, concorrência monopolista, oligopólios e monopólios. Seu objetivo principal é analisar como o consumidor procura maximizar sua satisfação, como as empresas procuram maximizar seus lucros e como o capitalista tenta maximizar sua renda. Seu campo constitui o ramo da economia positiva. Evita emitir juízo de valor sobre o que deveria ser. Ocupa-se apenas com o que está sendo objeto de análise, o que é.

A Macroeconomia analisa os grandes agregados econômicos: o produto e a renda nacionais; o consumo das famílias e das empresas; os gastos do setor público, os investimentos públicos e privados; a recessão, a inflação e o nível de emprego; o resultado líquido das exportações/importações e das remessas de lucros e dividendos dos residentes para o exterior e dos não residentes para seus países de origem. Analisa, também, os ciclos econômicos, as políticas anticíclicas e as causas do progresso econômico. Em síntese, estuda a economia como um todo. Seu campo constitui a economia normativa, porque trabalha com julgamentos de valor. Trata do que está acontecendo numa de-

terminada economia e o que deveria ser (juízo de valor). Está sujeita, portanto, a amplo grau de discricionariedade política.

*O que produzir, como produzir, quando produzir
e para quem produzir*

Qualquer que seja a organização política, econômica e social de um país, sempre haverá os seguintes problemas básicos a resolver: o que produzir, como produzir, quando produzir e para quem produzir. Esses problemas numa economia capitalista são resolvidos, direta e indiretamente, pelas forças de mercado. No âmbito das políticas públicas, os problemas a decidir são: o que fazer, como fazer, quando fazer e para quem fazer, questões que dependem das escolhas públicas determinadas pelas forças político-partidárias no poder.

Em nível da empresa, o que produzir depende da sinalização dos mercados, indicando os bens e serviços mais demandados pelos consumidores. Se a economia estiver operando a pleno emprego dos recursos produtivos, só é possível expandir a produção de determinada quantidade de um bem se for produzido menos de outro bem. Aquém desse limite, é possível produzir mais de ambos os bens. Como produzir envolve decisões de ordem tecnológica e da relação de custo-benefício. Para quem produzir, depende do poder de compra dos consumidores: compra mais ou menos de um bem ou serviço quem tiver maior ou menor poder aquisitivo. Não adianta ter o desejo de adquirir um bem, se a pessoa não tiver poder aquisitivo para tanto.

Um exemplo das decisões sobre as possibilidades de produção pode ser visualizado com base na Tabela 1.1 e na curva AF da Figura 1.2, as quais retratam, hipoteticamente, um determinado país que produz apenas dois bens, simplificação que sintetiza os reais problemas enfrentados por qualquer país por mais rico que seja.

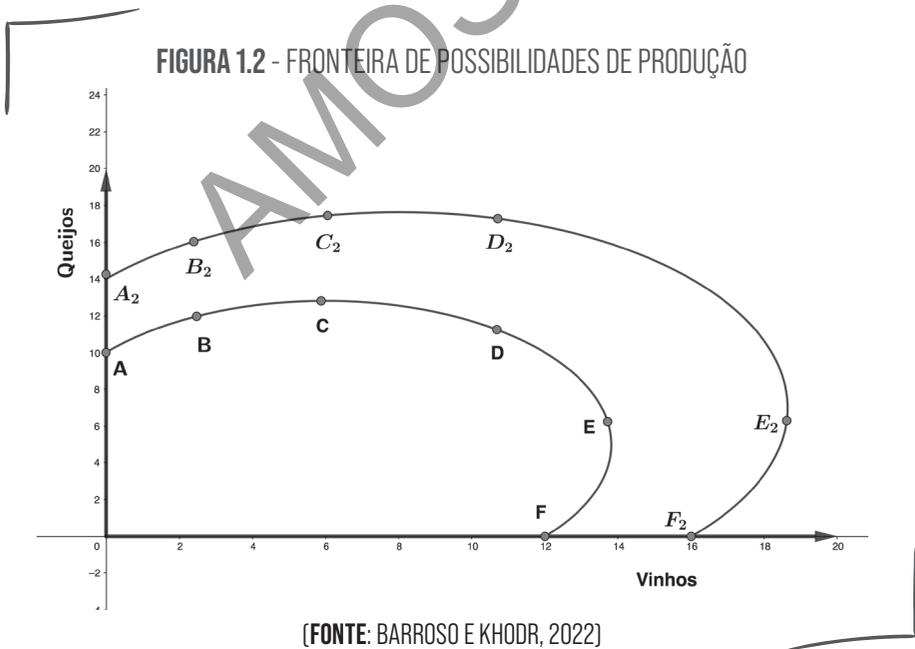
TABELA 1.1 - POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO E TAXAS MARGINAIS DE PRODUÇÃO

VINHOS (Y_1)	QUEIJOS (Y_2)	$\Delta Y_1/\Delta Y_2$
A. 0	30	-
B. 2	29	2.0
C. 5	26	1.0
D. 9	20	0,66
E. 11	12	0,25
F. 12	0	0,00
G. 13	0	0,00

(FONTE: BARROSO E KHODR, 2022)

Nessa hipotética economia, considerado o pressuposto de plena utilização dos recursos produtivos, as possibilidades extremas de produção de vinhos e queijos estão assim representadas: na combinação “A”, se produzir 30 unidades de queijos não se produzirá nenhuma unidade de vinho. Na combinação “F”, se produzir 12 unidades de vinhos não se produzirá nada de

queijos. Entre esses extremos, há diversas possibilidades intermediárias de produção. Por exemplo, em “C”, a economia estará produzindo 5 unidades de vinhos e 26 de queijos. Observe-se que entre “B” e “C”, para produzir mais 3 unidades de vinhos foram sacrificadas 3 unidades de queijos. Essa relação de substituição ocorre em todas as demais possibilidades intermediárias: ao se produzir mais de um bem, necessariamente se produzirá menos de outro, obviamente se a economia estiver operando a plena capacidade de produção. Essa é a regra geral, condição imposta pela escassez relativa dos recursos produtivos. As relações de substituição entre as possibilidades de produção denominam-se taxas marginais de substituição. A combinação ótima depende da mais vantajosa em termos de custo-benefício.



A Figura 1.2 retrata a mesma situação. Nos pontos sobre a curva contínua “AF”, a economia está a operar a plena capacidade dos recursos produtivos, e cada ponto representa o mesmo nível de produção, os quais delimitam a fronteira das possibilidades de produção máxima, considerados os recursos produtivos disponíveis e o estado de tecnologia existente.

Na área interior delimitada pela curva AF da Figura 1.2, há ociosidade de recursos produtivos, situação em que a produção de um bem pode ser expandida sem redução das quantidades de outro. Atingida a fronteira de possibilidades de produção (curva AF da Figura 1.2), só se pode expandir a produção de ambos os bens se houver a incorporação de recursos produtivos e/ou incrementos de produtividade, hipóteses em que a curva de fronteira de possibilidades de produção se desloca para a direita (curva tracejada A2F2).

A agricultura brasileira é um bom exemplo de crescimento à base de incrementos de produtividade, seja no uso do capital biológico, seja nos investimentos em máquinas, equipamentos, instalações e solos agricultáveis. Durante muito tempo, aumentos de produção decorriam quase exclusivamente da incorporação de novas áreas de terras devido ao declínio secular da produção nas áreas tradicionais de cultivo e pastoreio, sistemas nômades de exploração responsáveis pela degradação dos biomas nacionais.

As pesquisas realizadas pelas universidades, institutos de pesquisas, empresas especializadas e, sobretudo, a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

generalizou-se, por intermédio dos serviços de extensão agropecuária, o uso de técnicas mais avançadas de cultivo e manejo do gado, com crescentes ganhos de produtividade, passando a agropecuária a ser o setor mais moderno e dinâmico da economia brasileira e o país uma das grandes potências mundiais na produção de alimentos.

De fato, o setor agropecuário brasileiro responde, atualmente, por 50% do mercado de soja; é o segundo maior exportador de milho; tem o maior rebanho bovino do mundo, sendo um dos maiores produtores mundiais de proteína animal. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção de grãos passou de 46,9 milhões de toneladas na safra 1976/1977 para 264,8 milhões de toneladas na de 2020/21. A produtividade por hectare elevou-se de 1.257,9 quilos/ha em 1976/1977 para 4 mil quilos na safra 2021/2022, crescimento superior a três vezes (um hectare, hoje, produz o equivalente a três hectares em 1976/1977).

Infelizmente, em outros setores e segmentos da atividade econômica nacional, as baixas taxas anuais de investimento e da produtividade média do trabalhador brasileiro e da produtividade do total dos fatores de produção têm declinado fortemente ao longo das últimas décadas, sendo uma das principais causas responsáveis pela estagnação dos últimos 40 anos em que está mergulhada a economia do país (a chamada armadilha da renda média).

Segundo Fernando Veloso e outros, no artigo *Produtividade Total dos Fatores no Brasil: uma visão de longo prazo*, referente ao

período 1981/2019, a produtividade total dos fatores foi de 0,3% e a do trabalho 0,4%, índices muito baixos comparados aos dos países desenvolvidos.

Há, pois, no Brasil, grandes oportunidades para expandir as fronteiras de possibilidades de produção, mesmo na agropecuária, pois nossos índices de produtividade ainda são inferiores aos da agropecuária norte-americana.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

A escassez relativa dos recursos produtivos caracteriza o problema econômico. O conceito de escassez é relativo e não absoluto. Um recurso pode existir em grande quantidade, mas não em quantidade suficiente para atender a todas as necessidades e desejos revelados pelo mercado. Portanto, os agentes econômicos procuram pautar suas condutas e escolhas de utilização desses recursos da forma econômica mais racional possível em termos de custo-benefício. Este é o campo da Economia, ciência que trata da alocação de recursos escassos, entre fins alternativos, para atender as necessidades e os desejos humanos, do modo mais completo possível.

Qualquer que seja a forma de organização de uma sociedade, há problemas fundamentais a resolver: o que produzir, como produzir, quando produzir e para quem produzir. As forças de mercado sinalizam os preços dos insumos produtivos e dos bens e serviços a produzir, indicadores que orientam os

empresários e os consumidores em suas decisões. Em nível das políticas públicas, o que fazer, como fazer e para quem fazer são decisões que dependem das escolhas e prioridades políticas.

Os fenômenos econômicos são analisados sob a perspectiva da Microeconomia e da Macroeconomia. A Microeconomia analisa o comportamento do consumidor, a atuação das empresas e o funcionamento dos mercados. Seu enfoque é positivo – o que é. A Macroeconomia estuda os grandes agregados econômicos: o consumo das famílias e das empresas, o nível agregado dos investimentos privados, os gastos e investimentos do governo, as exportações, as importações, o nível de emprego, a formação da renda nacional e os movimentos cíclicos da economia, sob o enfoque normativo – o que deveria ser. Tais decisões estão sujeitas ao arbítrio das conveniências e oportunidades políticas.

A escassez relativa dos recursos produtivos e o estado de ciência e tecnologia delimitam a fronteira de possibilidades de produção. Ao se produzir mais de determinados bens produz-se menos de outros. Essa é a regra geral imposta pela lei da escassez. Se a economia estiver a operar aquém dessa fronteira, há recursos produtivos ociosos e é possível expandir a produção. Além desse limite, surgem hiatos inflacionários, por ser impossível produzir mais do que os recursos produtivos permitem. A expansão da fronteira de possibilidades de produção depende da incorporação de mais recursos produtivos e de incrementos de produtividade resultante do uso de tecnologias mais eficientes (produzir mais por unidade de recurso produtivo).

No Brasil, os baixos índices de produtividade total dos fatores da produção e do trabalho, observados no período 1981/2000, evidenciam haver amplas possibilidades de expandir a fronteira de possibilidades de produção à base de incrementos de investimentos e de produtividade.



ASSUNTOS E CONCEITOS PARA REVISÃO

O problema econômico. Definição de Economia. A Micro e a Macroeconomia. A racionalidade das decisões dos produtores e dos consumidores. O que produzir, como produzir, quando produzir e para quem produzir. As escolhas públicas. Fronteira de possibilidades de produção. Limites impostos pela escassez dos recursos. Taxas marginais de substituição. O estado de tecnologia existente. Investimentos, produtividade e possibilidades de expansão da fronteira de possibilidades de produção.

AMOSTRA

O AMBIENTE MACROECONÔMICO

O BRASIL, FORMALMENTE, É UMA ECONOMIA DE LIVRE MERCADO E de livre concorrência (art. 170 da Constituição Federal). Ao singularizar o termo livre concorrência, a Constituição Federal estabelece marcos ideais a nortear as ações governamentais nesse sentido. Em realidade, não existe um capitalismo totalmente concorrencial, mas, sim, o capitalismo de um pequeno número de empresas a dominar o mercado, daí a legislação brasileira vedar a constituição de barreiras que evitem a entrada de novos concorrentes, a fim de afastar o risco de concentrações indesejáveis que possam atuar em detrimento do consumidor (Lei 12.529, de 2011).

Atores importantes constituem o ambiente macroeconômico: famílias, empresas, governos, mercados e seus diferentes nichos, resto do mundo, organizações sindicais e as instituições de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, entre outros.

Famílias

As famílias são consumidoras dos bens e serviços produzidos pelas empresas, fornecedoras de força de trabalho às empresas, formadoras de poupança e investidoras. As empresas só produzem se houver demanda dos consumidores para os seus produtos e serviços. Ou seja, o comportamento da demanda agregada determina o ritmo de crescimento da produção, renda e emprego. Em geral, o consumo das famílias representa cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) de um país.

Empresas

As empresas são empregadoras de mão de obra, adquirentes de máquinas e equipamentos e consumidoras de bens e serviços intermediários que entram na composição final de seus produtos e serviços, para atendimento da procura dos setores privados e públicos. As empresas podem assumir várias formas jurídicas de organização. As mais usuais são as firmas de responsabilidade limitada e as sociedades anônimas.

As sociedades de responsabilidade limitada restringem a responsabilidade de cada sócio ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital subscrito. Esse tipo de sociedade deu grande impulso ao empreendedorismo capitalista norte-americano nos séculos XVIII e XIX, ao estimular a assunção dos riscos empresariais, porque, em caso de insucesso, as perdas limitavam-se ao capital subscrito. No Brasil, com a entrada em vigor do Código Civil de

2002 (Lei 10.406/2002), o art. 50 determina que, nos casos ali previstos, pode-se desconsiderar a pessoa jurídica e estender as obrigações de pagar aos bens particulares dos administradores e sócios, dispositivo que constitui entrave ao espírito empreendedor de quem pretende montar um pequeno e médio negócio, especialmente em conjunturas adversas de alto risco.

As sociedades anônimas são sociedades de capital. A responsabilidade de cada acionista limita-se ao valor das ações de que é detentor. Essa forma jurídica de sociedade tem sido a grande responsável pela democratização do capital nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive no Brasil, predominantemente nos grandes empreendimentos.

Sindicatos

Os sindicatos têm grande relevância na intermediação entre as empresas e os assalariados no que se refere às negociações salariais e condições de segurança do trabalho (atualmente, menor importância do que no passado). São organizações que atuam na intermediação e harmonização dos interesses do capital e do trabalho.

As entidades intermediadoras de valores

As bolsas de valores, as corretoras de valores, as seguradoras, as agências de classificação de risco, os bancos comerciais e de investimentos e outras instituições financeiras são indispensáveis à intermediação entre poupadores e investidores.

As relações com o exterior (resto do mundo)

As relações com o exterior são de vital importância para a inserção de um país ao resto do mundo, por meio da importação e da exportação de bens e serviços, recepção de investimentos estrangeiros, pelas remessas feitas por residentes nacionais residentes no exterior e pelas remessas externas de juros, dividendos, royalties, lucros e outros itens dos serviços de capital. Esse intercâmbio é essencial para um país alcançar níveis crescentes de prosperidade, inclusive pela troca de experiências nas áreas cultural, científica e tecnológica.

Recursos produtivos

Grosso modo, os recursos produtivos são classificados em recursos de capital e de trabalho.

Os recursos de capital abrangem variada gama de bens materiais produzidos pelo homem, acumulados ao longo do tempo, tais como: terras, imóveis agrícolas e urbanos, jazidas minerais, açudes, represas, rios navegáveis, infraestrutura portuária, aeroportos, fábricas, máquinas, equipamentos, estoques de produtos e de insumos produtivos. A capacidade científica, tecnológica e empresarial de uma nação é também classificada como capital, no caso, capital intangível, sendo a mais importante de todas as formas de capital. A qualidade e capacitação dos recursos do fator trabalho são essenciais, seja para as empresas, seja para o crescimento e desenvolvimento econômico.

O estado do conhecimento (ciência e tecnologia)

Por estado de ciência e tecnologia, entende-se o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos existentes em um país nos mais variados campos da atividade humana. Quanto maior for esse estoque e mais eficiente for sua utilização em termos de produtividade, maiores serão os níveis de produção por unidade de recurso. É sempre oportuno enfatizar que os aumentos continuados de produtividade constituem a principal opção para afastar os limites impostos pela escassez relativa dos recursos produtivos (deslocamento da fronteira de produção para a direita, conforme demonstrado na curva tracejada da Figura 1.2).

Mercados

Existem várias conceituações de mercado. Em geral, são definidos como sendo a convergência entre compradores e vendedores com o objetivo de realizar negócios, tendo como regulador os preços, tanto na concorrência perfeita quanto na imperfeita. Dessa interação, nos diferentes tipos de mercados, surgem os quatro grandes preços da economia: preço dos bens e serviços, salários, juros e a taxa de câmbio.

A conceituação ampla de mercado prescinde de espaço físico. Pode formar-se virtualmente, como, aliás, acontece cada vez mais, em especial nas transações cursadas nas bolsas de valores, nos mercados futuros e nas transações eletrônicas via internet.

Os mercados, nas economias capitalistas, são dinâmicos e absorvem com grande rapidez a introdução de bens e serviços mais competitivos em termos de preços e qualidade, e as empresas mais eficientes deslocam as menos eficientes, processo conhecido como destruição criativa.

A DESTRUIÇÃO CRIATIVA DE SCHUMPETER

Joseph Schumpeter enfatizou o papel das inovações tecnológicas como a força motriz do capitalismo. Ele argumentava que o capitalismo se desenvolve por meio de inovações por empresários empreendedores. Na busca incessante de lucros, os empreendedores estão sempre inovando em novas formas de organização e produção mais eficientes, como forma de competir no mercado. Assim, novos produtos deslocam os velhos processos de produção, fenômeno denominado de destruição criativa. Segundo ele, o capitalismo é um sistema econômico em movimento incessante e instável em busca de formas mais eficientes de produção. (Fonte: SOBEL, R. S.; CLEMENS, J. *O essencial de Joseph Schumpeter: a economia do empreendedorismo e a destruição criativa*. São Paulo: Avis Rara, 2021)

Há diferentes nichos de mercado: mercado de bens e serviços, mercado de fatores de produção, mercado financeiro, mercado monetário, mercado de crédito e mercado de divisas.

Mercado de bens e serviços

Nesse mercado, são transacionados os bens e serviços produzidos pelas empresas para atender às necessidades e desejos dos consumidores finais. As quantidades procuradas são inversamente proporcionais ao preço. Quanto maior o preço menor será a quantidade procurada e quanto menor o preço, maior a quantidade procurada. As quantidades ofertadas são diretamente proporcionais ao preço. Quanto maior o preço, maior as quantidades ofertadas, e vice-versa. Essas condições estão presentes em qualquer tipo de mercado concorrencial.

Mercado de fatores da produção

No mercado de fatores de produção são ofertados os insumos necessários ao processo produtivo. A base de qualquer economia depende do estoque e da qualidade dos fatores de produção. Os serviços prestados pelos fatores de produção, em forma de insumos, agregam-se à produção de bens e serviços. Nesse mercado, assume grande importância o fator trabalho, porque do seu bom desempenho depende a renda e o bem-estar do assalariado, o que determina, em última análise, a vitalidade da economia, dado que o consumo das famílias representa 60% ou mais do PIB. As oportunidades crescentes de emprego formal são o melhor tipo de programa de transferência de renda para os mais carentes.

Mercado financeiro

O mercado financeiro viabiliza a transferência de poupança entre os agentes econômicos. Os poupadores emprestam para os investidores ou devedores, mediante a colocação de títulos do governo e de títulos privados: ações, debêntures, duplicatas etc. Esse mercado agrega todos os títulos e é representado por um título padrão.

Mercado monetário

O mercado monetário resulta da interação da demanda e oferta de moeda. Nesse mercado são realizadas as operações de curto e curtíssimo prazo.

Mercado de crédito

É constituído por bancos comerciais e as demais instituições financeiras, as quais realizam financiamentos de curto, médio e longo prazo, tais como: desconto de títulos (legítimos efeitos comerciais), créditos rotativos, empréstimo de capital de giro, crédito direto ao consumidor, empréstimos pessoais, adiantamento de contratos de câmbio e financiamentos para formação de ativos fixos.

Mercado de divisas

O mercado de divisas é constituído pela troca de moeda de um país pela de outro com a finalidade de viabilizar as transações inerentes ao comércio internacional de bens e serviços e as tran-

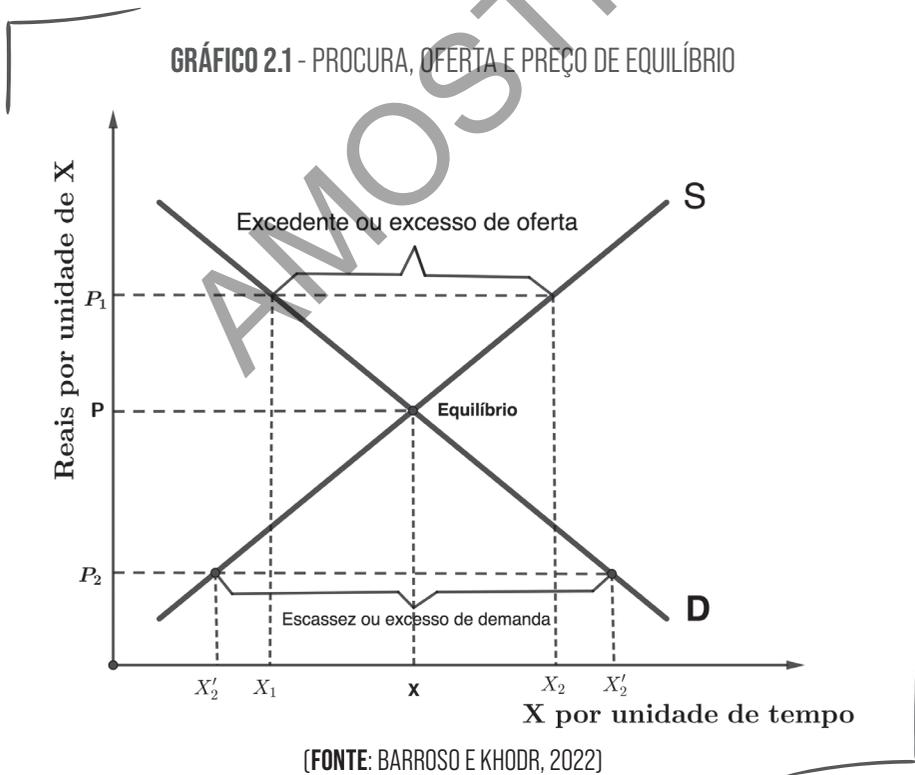
sações financeiras. O seu preço são as relações de paridade entre as diversas divisas, ou seja, a taxa de câmbio.

O mecanismo de formação de preços na concorrência perfeita

A TEORIA É UMA FERRAMENTA LÓGICA

É um instrumental. É um meio para se analisar as implicações de uma proposição ou várias proposições. As suposições são expedientes simplificadores da realidade para examinar as implicações dessas proposições. O mundo tem uma infinidade de dimensões. Nossas mentes, contudo, têm limitações bastante finitas. Simplificamos para fazer análises do mundo real. Isso possibilita manejar os problemas um de cada vez, em lugar de todos, conjuntamente. Logo, se isso é assim, o resultado será também assim, mantidas certas condições constantes (*coeteris paribus*). (SCHUH, E. *Apostilas de Teoria Econômica*. Instituto de Economia Rural, UREMG/Universidade Federal de Viçosa, s/d)

Na concorrência perfeita, os preços se formam mediante a interação entre as forças da procura (D) e da oferta (S). O mercado encontra-se em equilíbrio quando a procura e a oferta iguam-se a um determinado preço, denominado preço de equilíbrio ($D=S$). Se a oferta for maior que a demanda, formam-se excedentes de bens e serviços, os preços caem. Se a procura for maior que a oferta, há procura insatisfeita, os preços elevam-se. Apesar de ser um modelo que descreve simplificadamente o funcionamento do mecanismo de formação dos preços, permite a fácil compreensão da complexidade de como, empiricamente, se movem as forças de mercado (Gráfico 2.1).



O mercado de concorrência perfeita pressupõe, entre outras condições, haver um grande número de vendedores e compradores de um produto homogêneo, de tal sorte que nenhum demandante ou ofertante individualmente pode alterar as condições de mercado. Trata-se, portanto, de um modelo ideal, vale enfatizar. Todavia, ajuda na compreensão do mecanismo de formação de preços.

Modelos de concorrência imperfeita

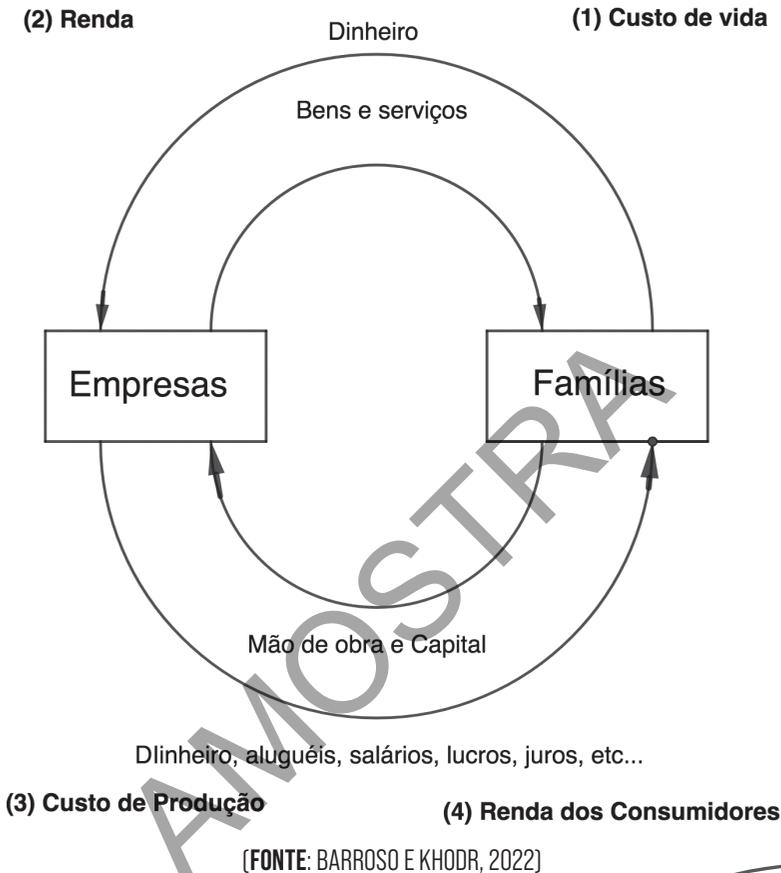
No mundo real, os mercados e a formação dos preços são mais complexos que o retratado pela concorrência perfeita. Na concorrência imperfeita, oferta e procura confundem-se na curva da procura (linha do preço), mas a formação dos preços segue a mesma lógica geral da concorrência perfeita: a preços maiores, menores serão as quantidades procuradas, e vice-versa.

Há diferentes tipos de concorrência imperfeita: concorrência monopolista, oligopólios e monopólios. Do lado da procura, oligopsônio (poucos compradores) e monopsônio (um único comprador). Na concorrência monopolista, existe grande número de vendedores ofertando produtos ligeiramente diferenciados, quase sempre pela marca, embalagem e preço. No oligopólio, há pequeno número de empresas (em geral não mais de dez), vendendo produtos com graus mais acentuados de diferenciação. No monopólio, há apenas um vendedor do bem ou serviço no mercado, que fixa os preços em níveis que podem proporcionar o maior lucro anormal possível (lucro de monopólio).

Nos vários modelos de concorrência imperfeita, existirá lucro anormal quando o preço do produto for maior que o seu custo médio. Em condições de competição (mercados contestáveis), o preço de determinada empresa poderá cair abaixo do custo médio, situação em que terá prejuízo e será deslocada do mercado por outras mais competitivas em termos de preços e melhor qualidade (destruição criativa). O que importa, em termos de concorrência imperfeita, é a inexistência de barreiras à entrada no mercado.

Funcionamento simplificado de uma economia de mercado

Para se ter uma visão simplificada do funcionamento de uma economia real de mercado, pode-se considerar, idealmente, a existência de apenas dois agentes econômicos: as unidades consumidoras, proprietárias dos fatores de produção (famílias) e as empresas produtoras de bens e serviços, assim como a existência de dois mercados: o de bens e serviços finais e o de fatores de produção (insumos), em que são transacionadas a compra e venda dos serviços dos recursos produtivos (Gráfico 2.2).

GRÁFICO 2.2 - FLUXO CIRCULAR SIMPLIFICADO DE UMA ECONOMIA

Esse modelo, ainda que simplificado, descreve os fluxos que ocorrem no mundo real: as famílias cedem os serviços dos fatores de produção às empresas e recebem em troca a remuneração monetária correspondente; e as empresas vendem bens e serviços às famílias, as quais, em troca, recebem renda. Assim, fecha-se o ciclo: produção/consumo (fluxo real) com o de compra de insumos/venda de produtos e serviços (fluxo financeiro).